

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----

-----**REUNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003**-----

-----**ACTA NÚMERO SETE / DOIS MIL E TRÊS**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – Marlene Sofia Fortunato Veloso; -----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Abel José M. Bruno Henriques (BP); M.ª Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira(CDU); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (BP); José Alexandre Fonseca (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); Susana Paula Geraldês Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marques Henriques (BP). -----

-----Faltaram a esta reunião os senhores Paulo Pereira Rodrigues (PSD) e João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP). -----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, o senhor Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, os senhores vereadores António José Silva Faustino, Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira. -----

-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no Auditório Municipal de Bombarral. -----

-----**ANO EUROPEU DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que como as sessões descentralizadas têm atraído pouco público, entenderam optar por este modelo de sessões temáticas para ver se surtem mais efeito. Hoje apesar do mau tempo ainda assim estão presentes algumas pessoas. Como se trata de uma sessão extraordinária não haveria lugar à intervenção do público nem período antes da ordem do dia, mas, em reunião de líderes, combinaram aprovar um regime de excepção para o dia de hoje de forma a permitir a intervenção do público. Propôs que seja permitida a intervenção do público no início da sessão, seguida das intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia, do senhor presidente da Câmara e dos representantes dos cinco grupos municipais. -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar esta proposta. -----

-----O senhor Joaquim José Correia Roque interveio dizendo que “muito boa noite a todos. Em primeiro lugar, gostaria de saudar a Assembleia Municipal do Bombarral, na pessoa do seu Excelentíssimo Presidente, pela criação da Comissão Municipal para o ano Europeu das Pessoas com Deficiência e pelas diversas iniciativas

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

já levadas a efeito neste âmbito. Quero felicitar-vos pela realização desta Assembleia temática, nomeadamente por aquilo que ela pode representar na consciencialização da classe política da nossa terra, para a problemática da deficiência, nas suas múltiplas vertentes, e pela oportunidade que desta forma é dada àqueles que sabem por experiência própria o que é ser deficiente neste país, de se expressarem, de exporem os seus problemas, transmitirem as suas opiniões e sugestões aos titulares dos Órgãos Autárquicos que nos governam a nível local. Como cidadão deficiente que sou, nascido e criado neste Concelho de Bombarral, sinto, pela primeira vez em muitos e muitos anos, que este assunto começa a ser encarado com seriedade, visto como um problema pertinente que nos afecta a todos e não só a uma pequena minoria; começo a acreditar que algumas pessoas com responsabilidades cívicas e políticas estão sensibilizadas e motivadas para cumprirem o papel que lhes cabe e que se lhes exige, na mudança de determinadas atitudes, mentalidades e realidades, unanimemente consideradas retrógradas e desajustadas numa sociedade moderna e evoluída, que proporcione bem estar e qualidade de vida a todos os seus cidadãos, com igualdade de oportunidades, sem discriminação de raças, sexos, condições físicas ou sociais. Aproveitando esta oportunidade que me é concedida e que agradeço, gostaria de aqui deixar algumas sugestões para que as iniciativas e o trabalho desenvolvido ao longo deste Ano Europeu das Pessoas com Deficiência não se percam e para que estas sinergias resultem em acções concretas, programadas e organizadas com coerência, pragmatismo e ambição. Neste sentido, considero que seria importante e oportuno que o Orçamento Municipal de 2004 e seguintes, bem como o respectivo Plano Plurianual de Investimentos, contemplassem uma verba para a supressão de barreiras arquitectónicas e urbanísticas. Para a gestão dessa verba, definição de prioridades e calendarização de acções, poderia, na minha modesta opinião, ser criado o pelouro das «Acessibilidades e da Organização Urbanística», sendo atribuídas competências nessa área a três pessoas, em diferentes patamares hierárquicos e funcionais: a um titular do Órgão Executivo, em primeira instância, com competências na área da gestão política; a um Técnico Superior da Autarquia, com competências técnicas na área da arquitectura, e a um outro funcionário municipal a quem caberiam as funções de coordenação e verificação das tarefas executadas pelo pessoal operário e auxiliar envolvido nesses trabalhos. Essa pequena equipa, trabalhando de uma forma organizada e harmoniosa, poderia, mesmo com poucos recursos financeiros, fazer um trabalho muito interessante e profícuo ao nível da implementação das normas técnicas regulamentadas pelo Decreto-Lei N.º 123/97, dando continuidade ao que de bom já foi feito, corrigindo o que está mal, e evitando que no futuro se voltem a cometer os erros, esquecimentos e infracções de um passado bem presente. Para terminar, gostaria de lembrar a todos os interessados, que a «Carta Branca dos Cidadãos Bombarralenses Portadores de Deficiência», apresentada no Colóquio sobre as Acessibilidades, realizado neste Auditório no passado dia 14, assim como o vídeo mostrado na mesma altura, constituem um apelo muito sentido e sofrido, mas também um balanço exaustivo das lacunas existentes na vila do Bombarral ao nível das acessibilidades e da desorganização urbanística, sendo, portanto, um trabalho que está feito, que pode e

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

deve ser aproveitado por quem tem o direito e o dever de lhe dar continuidade. Solicito pois e faço votos, em nome de todos quantos subscrevem a referida Carta Branca, que a mesma não caia em saco roto; queremos que seja lida, discutida, criticada, mas nunca esquecida ou desprezada. Assim queiram os Homens e Mulheres de acção e boa-vontade que governam esta nossa vila de Bombarral, e daqui a não muito tempo, esse texto e esse vídeo tão reais e incisivos nos dias de hoje, transformar-se-ão em documentos históricos, desactualizados e inoportunos, desajustados de uma sociedade que se espera e deseja mais justa, mais evoluída, mais igual e confortável para todos.”

-----O senhor Hugo Martins disse que este é um problema nacional que também atinge o Bombarral. Existem muitas dificuldades que têm de ser resolvidas com urgência. Espera que haja bom senso e consideração pelos deficientes do Bombarral cujo número tem vindo a aumentar. Espera que o colóquio realizado a semana passada e esta assembleia temática sirvam para alguma coisa.-----

-----A senhora D. Aida Martins, mãe do deficiente Nelson, de 30 anos, disse que o seu filho é surdo e já andou de cadeira de rodas, andando hoje de muletas. Vê os problemas que os deficientes enfrentam nesta vila e ficou muito triste com o filme exibido há 8 dias. Pede a todos que lutem para resolver os problemas dos deficientes. Referiu que a semana passada estava a chover e teve de vir com o filho ao Bombarral. Por falta de lugares de estacionamento para deficientes teve de atravessar o parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte cheio de lama, com a dificuldade do seu filho ter de se movimentar com o auxílio de muletas.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que esta questão tem também a ver coma terceira idade que coloca problemas de mobilidade e a velhice é cada vez mais longa e todos desejamos lá chegar. Temos que começar a olhar para estas coisas como um problema também nosso. É necessário elaborar uma carta municipal de acessibilidades e elaborar um programa de combate às dificuldades para depois se fazer um protocolo social assinado por todos os intervenientes na resolução destes problemas. Tudo aponta para uma solução que passa pró promover um concelho diferente virado para a mobilidade e solidariedade.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que “permita-me senhor Presidente da Assembleia Municipal agradecer-lhe o facto de ter convocado esta assembleia temática. Em primeiro lugar compete-me felicitar a Criação da comissão municipal para o ano europeu das pessoas com deficiência, bem como reconhecer publicamente todo o trabalho desenvolvido pela mesma. Sem esta comissão o ano europeu das pessoas com deficiência, pouca relevância, teria para a maioria das pessoas do concelho e teria passado despercebido não fosse as acções de sensibilização e o estudo das situações que se prendem com acessibilidades e consequente eliminação das barreiras arquitectónicas que para todos constituem grandes obstáculos. Este ano, foi de facto assinalado, e bem, pela comissão constituída pelo Manuel Patuleia, pessoa que pela sua forte vivência destes problemas não quis deixar de continuar uma luta que se arrasta há décadas e que mais não pretende alcançar do que uma justiça social cada vez mais abrangente. Reuniões e debates sérios, iniciativas de ordem cultural, auscultação da população, e ate mesmo um

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

colóquio sobre acessibilidades, fizeram parte da acção no terreno, onde se teve a oportunidade de constatar que este grupo interagiu de forma exemplar e a ser seguida nos mais diversos sectores das forças vivas que nos rodeiam. A comissão durante este ano de 2003 provou que não foi constituída simplesmente para_o engrandecimento do curriculum dos elementos que dela fazem parte. Foi criada, isso sim, para trabalhar...e trabalhou! Procedeu a levantamentos, tanto de situações positivas, felizmente já tidas em atenção, por muitos responsáveis, como de situações negativas que deverão ser tomadas em conta no futuro. E não foram feitos levantamentos para por na gaveta, pois eles estão perpetuados em filme que se por um lado tivemos já a oportunidade de ver neste auditório, por outro muitos mais te irão essa oportunidade noutros locais onde será exibido. A matéria em foco e trazida a esta assembleia temática é tão importante como grandiosos são os números que a ilustram. Os cidadãos com deficiência representam na união europeia uma população de aproximadamente 38 milhões de pessoas, calculando-se que só em Portugal vivam cerca de um milhão de cidadãos com algum tipo de deficiência. São de facto muitos aqueles que têm visto as suas oportunidades de participação sempre aquém dos seus direitos naturais de cidadania, já que não é segredo para ninguém que as pessoas com deficiência continuam a enfrentar pesados obstáculos tais como encontrar e manter um emprego, encontrar transportes acessíveis, aceder a edifícios e outros locais, para não falar das barreiras no acesso a educação ou formação necessárias para o exercício de uma actividade profissional, bem como às novas tecnologias, necessárias para o desenvolvimento mais pleno no mundo do trabalho. A fim de contribuirmos para a concretização da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, não podemos fechar os olhos a esta realidade, devemos sim, combater a discriminação, promover uma maior integração social, reforçar as oportunidades de educação, formação e emprego, promovendo estratégias para a sua integração no trabalho e na sociedade. Este ano tem sido de facto um marco assinalável nessa caminhada construtiva. Façamos todos com que 2004 embora sem a sigla de ano europeu, seja um ano em que todos os dias autarcas, técnicos, engenheiros, arquitectos, a população em geral e acima de tudo os nossos governantes, continuem em cada dia desse novo ano, a pensar nesta matéria que a todos diz respeito: crianças, idosos, enfim todas as pessoas com ou sem deficiência. Termino com a leitura de um texto simples, que reflecte o pensamento de José Manuel Pereira Neves, utente do centro de deficientes profundos João Paulo II. «**O meu ano... Chama-se** Zé Manel, o poeta. Está no Centro de Deficientes Profundos João Paulo II, em Fátima. No seu quarto, o essencial para escrever: uma máquina e um computador. Já escreveu um livro de poesia. Escreveu também sobre a iniciativa da Europa, de proclamar este ano de 2003 o Ano Europeu de Pessoas com deficiência. Durante este ano muito se irá falar das pessoas com deficiência através dos vários órgãos de comunicação social. Haverá muitos debates políticos a favor do fim das barreiras arquitectónicas, mas infelizmente, no nosso país têm sido mais as palavras do que os actos, pois nas pequenas cidades, ainda se tem visto construir edifícios sem qualquer acessibilidade a cadeiras de rodas. O que me leva a perguntar: com atitudes destas, como e quando é que as pessoas com deficiência se poderão sentir plenamente integradas na sociedade deste país? Além dos problemas arquitectónicos ainda se

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

notam alguns problemas de mentalidade, principalmente através do cidadão comum. Pois apesar de se notar alguma evolução nesse aspecto, aos olhos dos portugueses o cidadão com deficiência ainda é visto como um coitadinho e como alguém que não tem capacidades intelectuais para fazer certos tipos de serviços ou para ter certos tipos de conversas e opiniões, criando assim uma certa discriminação da Pessoa com Deficiência, ao contrário de outros países europeus onde a Pessoa com Deficiência é vista como qualquer outro cidadão dito normal e por isso a sua integração está muito mais avançada do que no nosso país. Por isso acho bem que haja o Ano Europeu da Deficiência, não só para sensibilizar as pessoas mas para fazer ver às pessoas ditas normais que os deficientes não são assim tão diferentes e que têm mais capacidades do que se pensa. Espero também que os nossos governantes passem das palavras aos actos, penalizando assim mais severamente as construções que não respeitem as novas regras de acessibilidade, deixando assim as respectivas rampas de acesso e um elevador se necessário e mudando todos os serviços públicos tais como: câmaras municipais, bancos, centros de saúde, entre outros, para edifícios devidamente acessíveis a todos, sejam deficientes ou não. Só então será possível integrar plenamente as pessoas com deficiência na sociedade e este ano europeu da pessoa com deficiência terá ganho o seu real sentido no nosso país. Este ano deveria servir para acabar com os preconceitos e as ideias erradas que as pessoas possam ter sobre os deficientes, passando assim a aceitá-las como qualquer outra pessoa dita normal.»

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal congratulou-se com a iniciativa do senhor Manuel Patuleia ao propor a criação de uma comissão municipal para a comemoração do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Todos deveriam ficar sensibilizados para esta problemática. Foi um prazer integrar esta comissão que produziu trabalho. Os problemas que viram no filme apresentado a semana passada já poderiam estar resolvidos se não fosse a inércia. Também no Carvalhal estes problemas existem. Ficou mais sensibilizado e gostava que todos passassem das palavras aos actos. Irá contribuir na medida do possível para a resolução destes problemas.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó também se congratulou com este conjunto de eventos que despertam para uma realidade nem sempre visível e pela qual, mais cedo ou mais tarde, todos passaremos. Uma das primeiras obras que a Junta de Freguesia do Pó tentou fazer foi uma rampa de acesso à Caixa Agrícola no Pó. Uma pessoa, que tem casa junto ao passeio público utilizado para tal, passada uma hora, destruiu a rampa alegando que o seu parque de estacionamento não era parque de estacionamento para deficientes, o que gerou uma onda de repúdio e de solidariedade pelos deficientes. Depois disso a própria sociedade agiu e hoje quase todos os lugares públicos têm uma rampa de acesso. Tem pena que o edifício da Junta de Freguesia seja num primeiro andar, estando a tentar obter apoios para adquirir um elevador. - -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça congratulou-se com todo o trabalho feito ao longo deste ano. Agradeceu ao senhor Manuel Patuleia tudo o que tem feito pelos deficientes bem como aos intervenientes no filme exibido há 8 dias.

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

A freguesia da Roliça tem imensos problemas nesta área, salientando a falta de passeios, poucas passadeiras e valetas que são autênticos rios. Considerou que todas as aldeias deviam ter passeios. Estão sensibilizados para esta matéria. Já há algum tempo fez uma rampa de acesso ao cemitério do Paul e transferiu o atendimento da Junta de Freguesia para o rés-do-chão, mas devia ser feito mais. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo felicitou a Assembleia Municipal na pessoa do senhor Manuel Patuleia quando em boa hora teve a ideia de criação da comissão municipal para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Não precisou de ser sensibilizado para os problemas dos deficientes porque até há 20 anos pensava que era um problema que só dizia respeito aos outros, até ter de mudar na sequência de um acidente de viação. Vê o senhor Joaquim Roque como uma pessoa que após muito esforço nunca conseguiu dar voz ao que sentia. Gostaria que ao terminar esta assembleia saíssem com um compromisso perante todos os cidadãos para que quem de direito saiba tomar decisões e todos possamos ter dias melhores. Muito haverá a fazer nas freguesias nesta área. Deixou um bem-haja a todos quantos foram responsáveis pela construção do edifício sede da Junta de Freguesia, inaugurado em 1997 e que tem todas as acessibilidades necessárias. As pessoas têm o direito de se deslocar livremente e todos temos que ser solidários. -----

-----O senhor Presidente da Câmara congratulou-se com as iniciativas levadas a cabo. Realçou que apesar da resolução de alguns problemas temos ainda muitos problemas para resolver. Os serviços municipais têm feito uma aplicação escrupulosa do decreto-lei 123797. Para debelar algumas barreiras existentes, no projecto de remodelação do Museu Municipal está prevista a colocação de um elevador de acesso ao Museu e à Biblioteca, bem como atenuar o desnível da rampa existente. No edifício dos Paços do Município vai também ser colocado um elevador e uma rampa na porta principal. Após a exibição do filme já reflectiu com os responsáveis e priorizou a resolução dos problemas focados. O Bombarral vai levantar as necessidades existentes a fim de assinar a carta de compromisso com o Governo Civil de Leiria. Quanto à rampa de deficientes no Teatro Eduardo Brazão teve hoje uma reunião com o autor do projecto e irá ser colocada na coxia do lado esquerdo. Está também previsto o rebaixamento dos lancis junto à Caixa Agrícola, Tribunal e Banco Totta & Açores. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) felicitou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pela convocação desta sessão temática, salientando o trabalho desenvolvido pela comissão presidida pelo senhor Manuel Patuleia. Declarou que “Se há uma conclusão evidente para quem se debruçar seriamente sobre a política da deficiência em Portugal, ela é a de que o nosso país trata mal as suas pessoas com deficiência. Em Portugal as Pessoas com Deficiência continuam a não ver reconhecidos direitos fundamentais para qualquer cidadão; continuam a ver adiada a resolução de problemas básicos; continuam a ser excluídas da participação na elaboração das políticas, ou a sofrer com o preconceito e a serem considerados como meros objectos de caridade ou assistencialismo. São muitos anos de políticas desajustadas, de problemas não resolvidos, de discriminações ignoradas e de escassa visibilidade dos seus problemas e sobretudo dos seus direitos. Bruxelas, escolheu 2003 como o Ano

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

Europeu das Pessoas com Deficiência. Nesta sequência, o governo português, criou o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, estrutura esta, que foi incumbida da aplicação da máquina logística que, no terreno, fizesse a sensibilização da opinião pública e comunicação social, com o objectivo de alterar mentalidades e comportamentos da sociedade em relação aos cidadãos portadores de deficiência. Este secretariado, rapidamente concluiu que o melhor seria passar a "batata" aos governos civis, que por sua vez se mostraram muito céleres em transmitir essa responsabilidade para as autarquias, associações de deficientes e outros. Sim, para quê tanto trabalho e; logo para deficientes! 21 de Novembro de 2003, foi a data escolhida, pela Assembleia Municipal, para mostrar, mais uma vez, sem preconceitos, que numa sociedade todos são importantes, sublinho, todos sem excepção somos pessoas com pleno direito à participação na vida social, cultural e económica desta terra, que os viu nascer ou foi escolhida para viver. Esta sessão temática da Assembleia Municipal, vai, com certeza, concluir um ciclo de encontros, debates e outros eventos já realizados, necessários à sensibilização e consciencialização de todos, para que se capacitem que os cidadãos portadores de deficiência, têm pleno direito à liberdade de escolha, a uma vida independente e digna. Mas esta sensibilização é particularmente necessária para as pessoas que detêm o poder político-administrativo no concelho, bem como, para os técnicos, que no estrito cumprimento dos seus deveres profissionais, também são responsáveis pelo mau estado do nosso município, nesta matéria. Neste momento, é justíssimo realçar, o importante contributo dado pelos cidadãos deficientes que tomaram parte no grupo de trabalho no âmbito da Comissão Municipal para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Os cegos ensinaram-nos a ver, os surdos ensinaram-nos a ouvir os silêncios, os deficientes motores mostraram-nos onde estavam as barreiras e outros obstáculos, que a todos limitam e impedem de aceder aos locais e edifícios públicos. Limites estes, que igualmente se verificam para os cidadãos que vêm a sua mobilidade reduzida devido ao avanço da idade. É caso para dizer: "o que é bom para os deficientes é bom para todos". Tenhamos, portanto, a lucidez, para perceber a importância deste e de outros contributos, onde a sua presença e opiniões devem ter lugar. Saibamos aprender a valorizar o conteúdo crítico deste grupo de cidadãos. Chegados aqui, pensamos que é já consensual que **É TEMPO DE AGIR!** Senhoras e Senhores autarcas das diferentes forças partidárias, Senhoras e Senhores responsáveis pelos diversos órgãos do poder local, Senhoras e Senhores técnicos da Câmara, Senhores da fiscalização, Senhores empreiteiros e projectistas da construção civil, Senhores agentes da GNR, Senhores bombeiros e Senhores técnicos de saúde, assumamos de uma vez por todas que, as leis e as normas são para cumprir. Também nesta área não há falta de legislação, falta sim, é vontade ou sensibilidade dos responsáveis políticos, técnicos e autoridades, para a aplicar no dia a dia " nas suas competências. Excelentíssimos senhores autarcas, considerando todo o trabalho de sensibilização e de levantamento de diversas situações ligadas à problemática da deficiência e de todo o tipo de barreiras, já referenciado, a CDU sugere: 1 - Que os futuros Planos Plurianuais de Investimento e respectivos Orçamentos sejam dotados de

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

obras de adaptação em diversos locais, tais como:- Rebaixamento dos passeios junto às passeadeiras; - Criação de lugares de estacionamento devidamente sinalizados; - Eliminação gradual das barreiras arquitectónicas em diversos edifícios públicos; - Balcões rebaixados, para atendimento a deficientes em cadeiras de rodas; - Regularização das alturas e localização dos sinais de trânsito; - Etc.. 2 - Que no âmbito dos equipamentos públicos (telefones, caixas multibanco e outros), sensibilizem os seus responsáveis para a sua adaptação. 3 - Que, através das estruturas da Acção Social da Câmara, se efectue um levantamento completo e exaustivo, de todos os tipos de deficiência existentes na área do município, para que as diversas instituições (escolas, repartições, centro de saúde e outros) estejam preparados para os receber de modo, a que o tratamento os faça sentir no pleno gozo dos seus direitos de cidadania, tal como se encontra consignado na Constituição da República e outros diplomas específicos, nomeadamente o D. Lei n.º 123/97. 4 - Que a revisão do Plano Director Municipal (PDM) e todos os outros instrumentos de planeamento, imponham que as infra estruturas necessárias para a estratégia do desenvolvimento do concelho do Bombarral, contemplem **SEMPRE** de forma inequívoca as acessibilidades a que **TODOS** os cidadãos têm direito. 5 - Que todos os projectos de recuperação de edifícios ou obras já em curso considerem as acessibilidades com carácter obrigatório. (só um cego não vê qual é a melhor solução para o acesso ao palco do teatro Eduardo Brazão e que não é a apresentada pelo senhor Presidente da Câmara). o carácter de uma sociedade e a justiça que nela existe, pode avaliar-se pela forma como as pessoas com deficiência são tratadas. Avalia-se também, pela garantia de condições para uma vida de qualidade para todos, da igualdade de oportunidades e de integração social. Trata-se afinal, apenas, de garantir o direito à dignidade. Para terminar, citamos o manifesto da APD, sobre o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência: "**NÃO QUEREMOS UM ANO, QUEREMOS UMA VIDA.**" -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) felicitou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pela convocação desta sessão temática bem como o presidente da Comissão Municipal para a Comemoração do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, fazendo votos que a realização desta sessão temática e do colóquio da semana passada sejam um marco que leve as pessoas a actuar. Declarou que: "Pela Decisão 2001/903/CE, de 3 de Dezembro de 2001, o Conselho da União Europeia proclamou o ano de 2003 como o "Ano Europeu das Pessoas com Deficiência ". Esta Decisão respeita os direitos fundamentais e observa os princípios reconhecidos, nomeadamente na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e em especial visa promover a aplicação dos princípios da não discriminação e Integração das pessoas com deficiência. Cada Estado - membro é responsável pela coordenação e execução, a nível nacional, das acções referidas na presente decisão. Este ano de 2003 é também o do 10.º Aniversário da adopção pela Assembleia Geral das Nações Unidas das Normas para a Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência. Bonitas decisões e bonitas palavras se igualdade porventura fosse o dia a dia de um cidadão deficiente. Promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres com deficiência; Melhorar a divulgação dos meios e recursos disponíveis que permitam às pessoas com deficiência

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

a livre escolha do seu modo de vida e promover uma representação positiva destas. Tudo isto é muito bonito e é dito ao longo dos anos pelos responsáveis com poder de decisão estatal, governamental e autárquico mas infelizmente na grande maioria dos casos não passa de vãs palavras. Ano Europeu das pessoas com deficiência é todos os anos, pois todos somos cidadãos do mesmo País e do mesmo Mundo, somente somos diferentes na forma de estar e encarar e passar pela vida. Por muitas barreiras arquitectónicas, e não só, que existam, importante é sem margem para duvida uma mudança de atitudes da sociedade em geral face às reais potencialidades das pessoas com deficiência, garantindo também o Estado os governos e as Autarquias a sua maior participação na vida social, económica e cultural das comunidades a que pertencem. Um Estado que não cuida dos seus jovens, dos seus velhos e dos seus cidadãos deficientes não é um estado preocupado nem ao serviço de uma nação. Desejamos, assim, que haja um maior envolvimento a nível local e nacional de todos aqueles que se preocupam e trabalham neste domínio, consideramos muito importante que se conjuguem esforços e sinergias para a concretização conjunta de actividades que contribuam para a maior sensibilização e consciencialização da Sociedade, no seu todo, em prol de todos os cidadãos com ou sem deficiência. Existe actualmente a nível nacional uma Campanha chamada "Escola Alerta" que tem por Objectivo de sensibilizar os jovens do Ensino Básico e do Ensino Secundário para os objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência 2003. Se com esta campanha se pretende mobilizar a Juventude para a concretização e estudo de um quadro de acessibilidades, quer através do combate às barreiras arquitectónicas e outras, que dificultam as acessibilidades das pessoas com deficiência, e em particular as invisuais e as afectadas por deficiência motora, quer pela procura de soluções para a eliminação das barreiras da comunicação; Por outro lado deve o estado e as Autarquias em geral e a do Bombarral em particular fazer o Inventário das barreiras "arquitectónicas" (degraus, pilaretes, buracos no passeio) e das barreiras da comunicação existentes na respectiva área de habitação (bairros ou aldeias), em serviços públicos, estabelecimentos comerciais, colectividades e clubes, etc., e promover e acompanhar as medidas que eliminem essas barreiras arquitectónicas.. E verificando-se a existência de dificuldades financeiras para tal eliminação, diligenciando junto de uma ou mais entidades, singulares ou colectivas privadas ou públicas para que solidariamente contribuam para o financiamento das obras necessárias ou para que com o seu trabalho e materiais as realizem e em conjunto façam a concepção de projectos de solução, no combate às barreiras arquitectónicas e da comunicação. Para finalizarmos esta nossa intervenção, queremos ler uma petição que desde já vos pedimos para assinar e que, mais do que as palavras de todos nós só demonstra que: " O Homem pensa mas nem sempre a obra acontece" - Exmo Senhor, Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio - Presidente da Republica Portuguesa; Reverendíssimos Bispos Portugueses; Exmo Senhor, Dr. João Bosco Soares Mota Amaral - Presidente da Assembleia da Republica Portuguesa; Exmo Senhor, Dr. José Manuel Durão Barroso - 1º Ministro do Governo da República Portuguesa; Exmo Senhores Presidentes dos grupos Parlamentares; Exmos Senhores Deputados; Exmos Senhores Cidadãos da República Portuguesa; ExmoSenhores

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

Cidadãos do Cyber -espaço; Exmo Senhor Director do Colegio D. Diogo de Sousa - Braga. Sou mãe de dois filhos. O João e o Duarte. O João frequenta há seis anos, desde os três anos de idade, o Colégio Católico, D. Diogo de Sousa, em Braga. No dia 18 de Novembro reuni com o Chefe de Gabinete do Colégio para o informar sobre as particularidades do meu filho mais novo que queria, tal como o João, matricular naquele colégio. O Duarte tem trissomia 21. É um menino simpático, sorridente que já começou a andar e não exige meios alternativos de comunicação, nem impõe ao colégio qualquer adaptação material ou recrutamento de docentes especializados. Os docentes especializados são colocados pela Direcção Regional de Educação, pelo que não constituem gastos acrescidos para o Colégio. O Chefe de Gabinete, disse-me que, em princípio, não existiria qualquer tipo de problema, até porque já tinham tido alunos com deficiência. Pediu, no entanto, oito a dez dias, para, depois de reunir com o Senhor Director, me dar uma resposta. Deixou passar dois meses. Deixou abrir o período de matrículas. Eu é que não podia deixar esgotar as vagas. No dia 7 de Janeiro, fui matricular o Duarte. Na secretaria, na presença de outros pais, ouvi: - O SEU FILHO É DEFICIENTE. Temos ordens superiores para não aceitar a matrícula. Exigi falar com o Senhor Director. No dia seguinte, o Padre Marques, disse: - Fui eu que não aceitei. Sou o director e reservo-me o direito de seleccionar os alunos. O SEU FILHO É DEFICIENTE. NÃO QUERO DEFICIENTES NO COLÉGIO. Já tivemos, mas, agora não quero. Se isto não é discriminação, é o quê? O senhor director não pediu um único elemento de avaliação, nem quis ver o meu filho. Como pode agora desculpar-se, dizendo que o colégio não tem condições? De que condições fala o Senhor Director? O Colégio D. Diogo de Sousa é um dos melhores colégios da cidade. Por favor, ajudem-me. Por favor, não deixem que no século XXI, no ano europeu do cidadão com deficiência, quem quer que seja, onde quer que seja, possa ser agredido com a frase: "O SEU FILHO É DEFICIENTE. E EU NÃO ACEITO DEFICIENTES"!!!! **RECOLHA DE ASSINATURAS** - Serve o presente documento para manifestar o mais vivo repúdio pela atitude do Director do Colégio D. Diogo de Sousa em Braga, por ter recusado a matrícula a uma criança, de três anos, com Trissomia 21. Lamentamos e pedimos a sua demissão, assim como exigimos um pedido de desculpas públicas à família e ao País que envergonhou. Servirá ainda o presente documento para lembrar que ninguém, em nenhuma parte do mundo, em nenhum local, público ou privado, possa dizer: NÃO ACEITO DEFICIENTES. Este é o ano europeu do cidadão com deficiência. Este é o ano para iniciarmos umas conversas adiadas sobre universalidade e respeito por todos e cada um de nós. Angela Leite - A mãe do Duarte que vos suplica ajuda!!! Cidadã Portuguesa com o Bilhete de Identidade 8590272 Telefone 253624034 leite.marinho@oninet.pt."-----

-----A D. Susana Manco (PS) declarou que: “estamos a comemorar o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, não sendo um assunto de apenas um ano mas de todos os dias da vida de muita gente, esperamos que este seja o ano de partida para a mudança de atitudes e de sensibilidades autárquicas. A autarquia do Bombarral tem um longo caminho a percorrer, podendo proporcionar mais e melhores meios para jovens com deficiências profundas, criando espaços de ocupação de tempos livres

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

vocacionados para estes jovens que frequentem escolas profissionais, sendo que uma pequena verba sempre contribui para uma mensalidade ou para o transporte, garantindo que estes jovens tenham um futuro mais autónomo e independente. No que respeita às pessoas com deficiência motora, o cumprimento da autarquia nas obrigações legais é essencial. A qualidade de vida e a independência destes munícipes depende de coisas tão simples como uma rampa bem planeada, um desnivelamento de um passeio ou um espaço bem projectado. As dificuldades com que estes munícipes se deparam, são as dificuldades que todos nós, um dia mais velhos, nos depararemos, basta que hoje se estabeleçam os parâmetros da edificação do amanhã. Esta noção tem que estar presente no planeamento dos espaços e equipamentos públicos como forma de dar exemplo aos projectos particulares. A construção que hoje é permitida fazer revela a pouca valorização que se atribui à pessoa com deficiência motora e um dia, quando todos formos velhos, daremos valor ao que pensamos fazer mas ficou para depois. A problemática debatida das acessibilidades reside no simples facto de que as barreiras são invisíveis aos olhos de um munícipe sem problema de mobilidade, estas apenas se tornam visíveis quando perdemos essa faculdade de nos deslocarmos ou por acidente ou por envelhecimento. Assim, é urgente pensar que o espaço acessível é uma mais valia para todos nós. Neste sentido o concelho do Bombarral vive o momento oportuno para estabelecer a diferença: a revisão do PDM permite estabelecer as prioridades no planeamento, do melhoramento das acessibilidades, desde as rampas à sinalética, num envolver toda a comunidade. A Carta Branca dos Munícipes Bombarralenses Portadores de Deficiência, constitui um documento por excelência demasiado valioso no diagnóstico de situações reais que não devem mais acontecer. Sugiro que a Câmara Municipal do Bombarral elabore uma carta de compromisso para a eliminação das barreiras urbanísticas e arquitectónicas já apontadas no sentido de criarmos a cidade para todos sem discriminações e envolvendo os protagonistas que são os munícipes portadores de deficiências. A dinamização demonstrada por este pequeno grupo na elaboração da Carta Branca dos Munícipes Bombarralenses Portadores de Deficiência e a realização de um filme elucidativo sobre as suas dificuldades, permite-nos sugerir a criação de uma Associação Municipal de Promoção das Pessoas com Deficiência, que contará com o nosso total empenho e solidariedade. Assim, talvez num futuro próximo esta Associação pudesse fazer parte de um Conselho Municipal Consultivo para a Mobilidade, garantindo que os erros que hoje permitimos que sejam cometidos não se repitam num amanhã.”-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) congratulou-se por ver que o compromisso assumido em 28 de Fevereiro chegou a este ponto. Desde logo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal se tinha disponibilizado a realizar este evento e a comissão demonstrou que é possível fazer coisas interessantes e ainda faltam quatro meses para o termo da sua existência. Se calhar a Assembleia Municipal vai exigir a continuação do trabalho e têm que se lançar os alicerces para o futuro. Isto foi trabalho de uma equipa que juntou pessoas com deficiência que fizeram um trabalho extraordinário. Ao longo dos séculos os deficientes foram tratados pelos seus pares tal como os animais tratam os seus mais fracos que são deixados ao abandono. A

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

segregação hoje existente é bem nítida no texto lido pelo senhor Victor Garcia. O que acontecia na pré-história em que se abandonavam os mais débeis continua a acontecer hoje. Em Esparta havia um penhasco de onde eram precipitadas as crianças deficientes. Na década de 30 / 40 do século XX os nazis fizeram o mesmo para depurar a raça. Ao longo da história os deficientes foram colocadas á parte e tinham o anátema de que neles Deus tinha colocado os males do mundo. Na idade média o que lhe era permitido era pedirem esmola à porta das igrejas. Só a partir do século XVIII as coisas mudam e primeiro atendeu-se aos deficientes militares. Em Portugal em 1803 a D. M.^a Francisca Benedita criou o Hospital Real dos Inválidos Militares. Após o regresso da família real do Brasil em 1821 terminou-se o edifício que foi inaugurado em 1825. Na batalha de Soporino, em Itália, Henri Dunant, impressionado com os milhares de vidas perdidas por falta de assistência criou a Cruz Vermelha. Todo este apoio foi-se depois transferindo para a sociedade. Pouco antes do 25 de Abril foi criada a Associação Portuguesa de Deficientes. Em 1977 foi criado o Secretariado Nacional de Reabilitação, na altura dependente do Primeiro Ministro e hoje dependente de um Secretário de Estado. Em 1981 a ONU decretou o Ano Internacional da Deficiência e a década da Deficiência. Em 1989 surgiu a lei de bases da reabilitação. Depois o movimento associativo ganhou força e surgiu este ano o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Para o ano é a integração pelo desporto. Não fez mais do que aquilo que pensa ser a função do autarca e isso esta comissão fez e bem. Enalteceu o trabalho feito por este grupo de camaradas e a partir de agora os deficientes do Bombarral não se vão calar mais. O que está a ser feito em termos de acessibilidades está a ser feito para todos. A deficiência está e já muita o gente o crê, mais do que em quem a tem, nos olhos de quem a vê.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) considerou ser uma tarefa particularmente ingrata falar após o discurso sábio do senhor Manuel Patuleia. Considerou que não se pode esquecer o problema dos deficientes mentais e da velhice. Lembrou o drama das pessoas que servem de muleta aos deficientes e que sabem ser o seu único apoio. Todos somos potenciais deficientes. Não nos podemos esquecer dos deficientes que surgem na sequência da sinistralidade rodoviária e dos acidentes de trabalho. Estas iniciativas vêm em boa hora e espera que dêem os seus frutos e despertem as consciências de que tem responsabilidades. Têm particular responsabilidade na questão do acesso ao trabalho, à educação e à cultura.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que os dados estão lançados, assinalando-se hoje o marco de viragem quanto a estas questões. Estiveram aqui todos os órgãos que compõem a autarquia e tem a certeza de que não foi em vão que aqui estiveram hoje. Falou-se no PPI e no PDM mas lembra também o Plano Estratégico. É necessário que nesses documentos se reflicta tudo o que se tem vindo a falar. É uma questão de atitude e empenho que a todos deve tocar. Felicitou o senhor Presidente da Câmara por ir assinar a carta de compromisso com o Governo Civil de Leiria, mas lança o desafio de que o Bombarral tente integrar a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos. Para isso basta que se realizem as intervenções necessárias para que haja mobilidade total em 5% dos espaços urbanos.

ACTA N.º 07/2003 – Reunião de 21 de Novembro de 2003

Ao integrar esta rede obtém-se ajuda para fazer o levantamento das necessidades de acessibilidade e na resolução dos problemas. A quem cumprir os requisitos é atribuída a bandeira azul da mobilidade. Seria um marco para todos os autarcas que veriam culminar o seu trabalho até porque esta será uma questão estratégica. O trabalho da Comissão para o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência tem sido meritório a todos os níveis, cumprimentando os seus membros, mas há ainda trabalho para fazer. Lança o repto à comissão para que venha a propor à Assembleia Municipal uma recomendação à Câmara Municipal sobre uma série de questões aqui levantadas ou até para aderir a esta Rede Nacional. -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 23.50 horas, foi a sessão encerrada a lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: